

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.571 - GO (2019/0105429-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**  
**ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175**  
**VINICIUS VAZ ARAUJO - GO039717**  
**JOEL COSTA DE SOUZA - GO051177**  
**AGRAVADO : DARIO JARDIM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO GOMES DA SILVA FILHO - GO011184**  
**CELSO HENRIQUE BARBOSA DE GOUVEA - GO030842**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim ementado:

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REGRESSIVA DE VERBA PAGA EM SEDE DE CONDENAÇÃO TRABALHISTA. RESTITUIÇÃO DE VALORES. OBRIGAÇÃO CONTRATUAL.CULPA PROPORCIONAL.

Reconhecido o dever de restituição de valores, nos termos de disposição contratual, o exame de sua procedência está condicionado a comprovação dos requisitos do dever de reparação.

No caso, por se tratar de processo em que se persegue o ressarcimento da quantia paga, em sede ação trabalhista, pela contratante (CELG D) por ocasião de acidente sofrido por empregado de pessoa jurídica vencedora de procedimento licitatório, o dever de responsabilização deverá ser mitigado quanto comprovada a culpa proporcional para a geração do acidente. APELAÇÕES CONHECIDAS E DESPROVIDAS.

Quanto à controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 71 da Lei n. 8666/93, trazendo os seguintes argumentos:

O disposto no art. 71 da Lei 8.666/93, aponta respectivamente a vedação da responsabilização da contratante (ora Recorrente) por despesas trabalhistas, fiscais e comerciais do contratado. Ainda que, se considere o entendimento do Magistrado trabalhista, não há óbice no reconhecimento de responsabilidade integral da Recorrida, tendo em vista a aplicabilidade do art. 71, § 10, da Lei 8.666/93, uma vez que o referido dispositivo legal declarada a impossibilidade de responsabilizar a Recorrente ao pagamento das verbas trabalhistas, por expressa vedação legal. Logo, deveria o Tribunal local fundar sua decisão sob a ótica do artigo. 71 da Lei 8.666/93, de que a

responsabilização da recorrente por encargos trabalhistas estabelecem que, para a responsabilização civil, constitui-se imprescindível a existência de ato ilícito (o que não foi praticado pela Recorrente) (fl. 344).

É o relatório. Decido.

Na espécie, a Corte de origem assim decidiu:

A questão controvertida limita-se à natureza da responsabilidade da obrigação para a restituição de valores dispendidos pela contratante quando sua condenação ocorreu em ação trabalhista movida por empregado pertencente a pessoa jurídica prestadora de serviço público (contratada).

A princípio cumpre esclarecer a inaplicabilidade do entendimento fixado no processo que tramitou na Justiça Especializada porquanto naquele momento discutia-se a responsabilidade perante o funcionário da pessoa jurídica contratada, situação o não se amolda ao caso em tela posto que, neste momento, se discute dever de reparação em razão de contrato firmado entre as partes, tanto que processado o feito na Justiça Comum.

Dessa forma, considerando que a relação entre as partes é obrigacional, o desate da celeuma em voga depende do exame das disposições contratuais e da legislação civil.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de maio de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

